

Amazonas é novo alvo das madeireiras

Cerca de 50 empresas madeireiras de Paragominas, no Pará, querem se instalar em Itacoatiara e usar 2 milhões de hectares de floresta

Fotos: AC

Sérgio Bártholo
Sociólogo de Brasília

BRASÍLIA — O Fundo Mundial para a Natureza (WWF), uma das maiores organizações conservacionistas internacionais, com cinco milhões de membros em dezenas de países, alertou, esta semana, em Brasília, para os impactos sociais e ambientais que podem ser causados por uma dos principais projetos econômicos do governo do Amazonas, o Polo Madeireiro de Itacoatiara.

O Polo Madeireiro de Itacoatiara pode atrair, de imediato, cerca de 50 empresas da região de Paragominas, no Pará, para a exploração de uma área de mais de dois milhões de hectares, com uma produção projetada de 41,25 mil metros cúbicos de madeira por mês. Mais da metade para a exportação, segundo um estudo de viabilidade econômica encomendado pelo Sindicato das Indústrias Madeireiras de Paragominas, instituição que negocia com o governo estadual a implantação do projeto.

O WWF teme que a exploração de madeira em Itacoatiara, em escala cada vez maior, possa repetir o que aconteceu e continua acontecendo em Paragominas, na Amazônia Oriental: uma grande destruição da floresta, nos mesmos moldes extrativistas que destruíram a Mata Atlântica, em São Paulo, as florestas do Paraná, do Espírito Santo e da Bahia. A denúncia do Fundo não tem o objetivo de interromper a atividade madeireira, mas chamar a atenção para as formas já conhecidas de manejo auto-sustentado, apresentando soluções para que a atividade se desenvolva de forma a partir do uso dos recursos da floresta também no futuro.

Um estudo divulgado pelo WWF, realizado em Paragominas por pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido (Cpau), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mostra os impactos sociais e ecológicos da atividade madeireira.

Um dos dados mais importantes da pesquisa são os baixos salários pagos pelas empresas: US\$ 112 por mês. Além disso, devido à natureza do trabalho, não há relação entre o tempo de trabalho na indústria e o aumento real de salários. Ainda hoje, Paragominas é considerado o maior pólo madeireiro do Brasil, faturando cerca de US\$ 160 milhões ao ano. A exploração tradicional da madeira causa a perda de 27 árvores de valor comercial para cada árvore efetivamente usada.

Recursos renováveis — Outra informação divulgada pelo WWF é a de que no início dos anos 90, a ati-

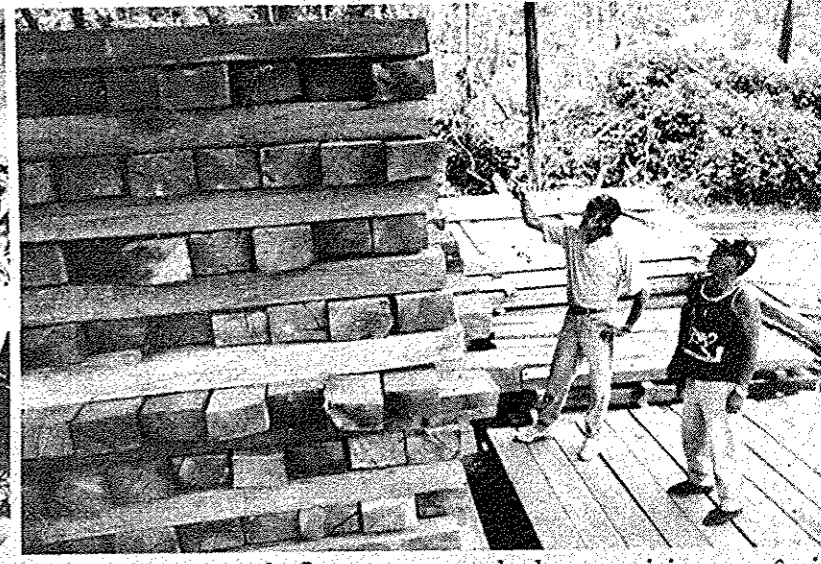
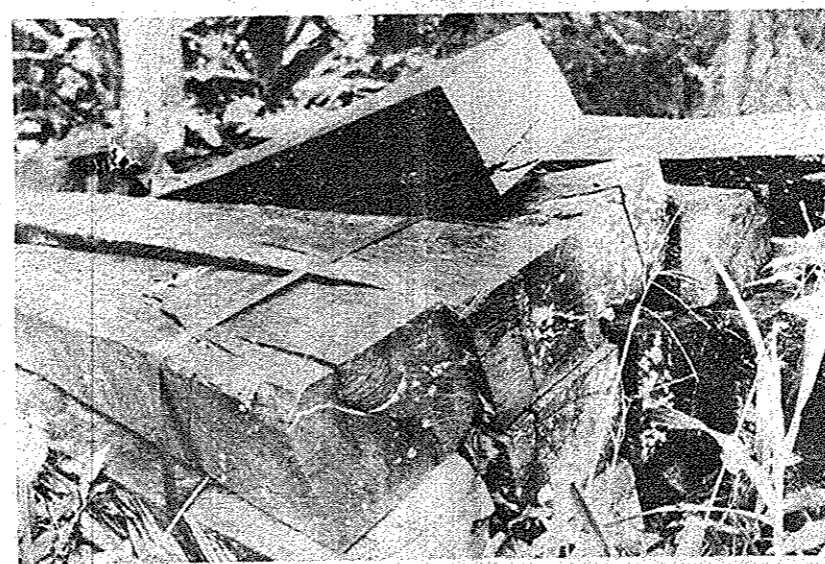
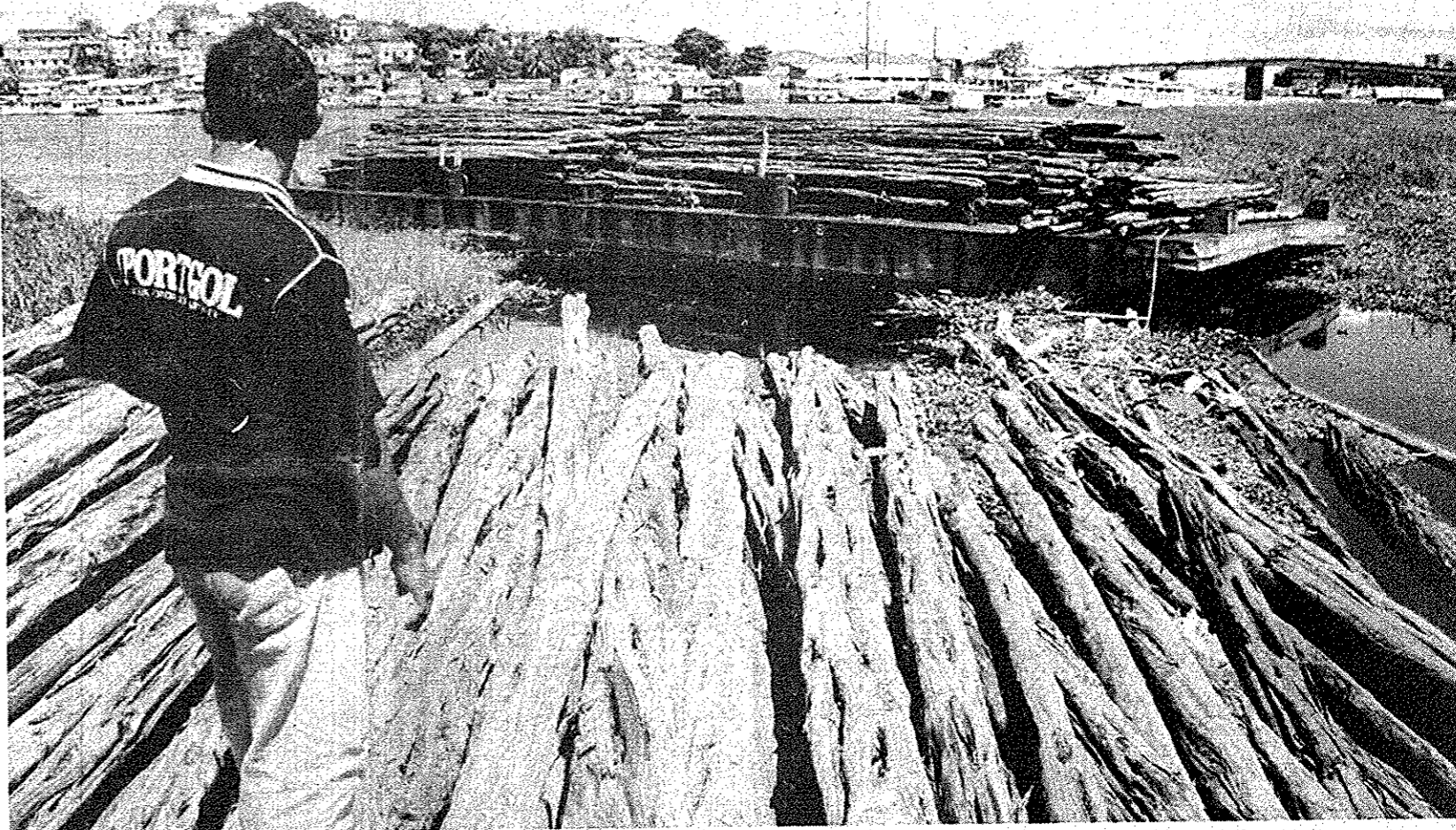
vidade madeireira afetou 4,5 mil quilômetros quadrados de florestas, por ano, no Pará, principalmente ao longo da rodovia Belém-Brasília e dos rios navegáveis. O Estado do Pará, que o maior produtor de madeira do Brasil, tinha, no início da década, mais de duas mil serrarias produzindo aproximadamente 8,7 milhões de metros cúbicos de madeira serrada por ano.

Os recursos madeireiros da Amazônia são estimados em cerca de 60 bilhões de metros cúbicos, ou R\$ 4 trilhões. A Região produz quase 70% da madeira em tora do Brasil e participa com 4% do comércio internacional. A tendência é que esta participação aumente, em consequência da queda na produção dos países asiáticos, cujas florestas estão se esaurindo. As previsões são de que a Amazônia passe a ter posição de domínio do mercado internacional no século XXI.

Com todo esse potencial, na Amazônia, assim como em outras regiões tropicais, segundo o WWF, a exploração é feita de forma "não manejada", com fortes impactos ecológicos. O Fundo informa que, como as técnicas de corte não-predatório em florestas tropicais são pouco conhecidas, muitas árvores são arrastadas na queda ou esmagadas pelos tratores. Técnicas já conhecidas podem salvar milhares de árvores e uma área corretamente explorada possa voltar a ser economicamente viável em até 30 anos.

O próprio WWF mantém em Paragominas um projeto em parceria com o Imazon de desenvolvimento de plano de manejo florestal. O principal objetivo é reduzir a perda de biodiversidade e a degradação ambiental através de esquemas baseados no corte, extração e processamento sustentado da madeira. O plano tem a participação de madeireiros e serrarias e rompe com o padrão tradicional, mas ainda tem pouca aceitação da maioria dos madeireiros, ainda céticos com relação à novidade.

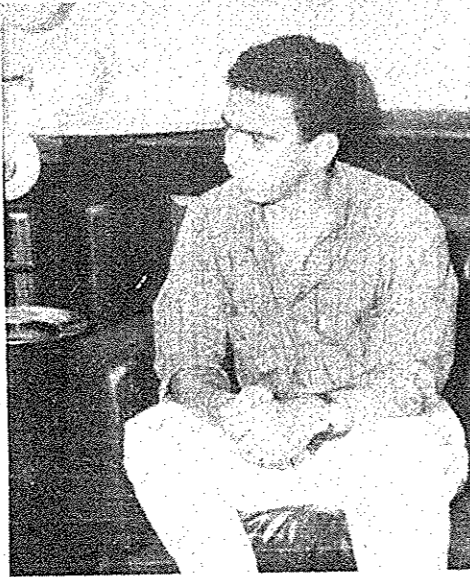
Os técnicos já chegaram à conclusão de que um plano de manejo eficiente poderá até convencer os empresários tradicionais do setor que um modelo de exploração menos nocivos ao meio ambiente pode ser viável economicamente. Dados técnicos e econômicos pela pesquisa de campo indicam que o manejo é viável, que podem reduzir os lucros de 32% para 25%, em média, mas aumentam os estoques de madeira e aceleram a regeneração da área explorada, cortando pela metade o tempo normalmente necessário para uma segunda exploração.



A exploração indiscriminada de madeiras leva à destruição da floresta, causando danos sociais e econômicos

Projeto ainda está na 'geladeira'

O Governo do Amazonas suspendeu, por tempo indeterminado, a instalação do Polo Madeireiro de Itacoatiara, segundo informou o secretário de Comunicação do Estado, Ronaldo Tiradentes. O governador Amazonino, segundo ele, mandou reestudar o projeto, porque quer impedir que ele nasça estatizado e que a exploração da floresta seja feita de forma a não destruir a floresta.



Ronaldo Tiradentes

Ronaldo Tiradentes disse que as regras rigorosas impostas pela legislação de proteção ambiental também influenciaram na decisão de Amazonino Mendes. Segundo ele, nenhuma empresa, até agora, se adequou, por isso a implantação do pólo está "sobrestada". Amazonino Mendes também aguarda a assessoria "melhor possível" do cientista Luiz Lutzemberg.

"O governador não vai tocar implantar nenhum pólo madeireiro como este, de grande escala, sem um projeto de manejo", informou Tiradentes. O secretário disse que o Amazonino Mendes também aguarda que a iniciativa privada se manifeste. O governador não pretende bancar todos os encargos da implantação do pólo.

Também há pressões internacionais, tanto de organizações conservacionistas como dos pró-

prios países do primeiro mundo que dominam o mercado internacional de madeira. Ronaldo disse que o governador já declarou que não aceita essas pressões e que a decisão é mais por uma preocupação com a questão ambiental.

"Para que este pólo seja instalado, dentro dos padrões aceitáveis de defesa ecológica, é preciso que seja feito um estudo profundo de impacto ambiental e até um projeto de reflorestamento e os empresários terão que investir neste tipo de preocupação como na geração de empregos que é uma preocupação do governador", afirmou.

Empresários querem preservar

O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Paragominas, José Mato Grosso, disse que os empresários não querem repetir na Amazônia Ocidental, mais precisamente em Itacoatiara, o que fizeram na Amazônia Oriental. A ideia, segundo ele mesmo disse, é não repetir a devastação para evitar que continuem com a fama de "cupins".

O sindicato dos madeireiros de Paragominas é a instituição que está negociando com o governo do Amazonas a implantação do Polo Madeireiro de Itacoatiara. José Mato Grosso pretende manter uma audiência com o governador Amazonino Mendes logo depois do carnaval. Ele disse que já sabe que o governo estadual não vai aceitar que os empresários do setor trabalhem desrespeitando as leis ambientais. "Até para nós podemos exportar, entrar no mercado internacional, teremos que ter o selo verde", informou. O "selo verde" é o Certificado de Qualidade ISO 14000.

Mato Grosso acha que, como o projeto prevê o uso das terras para

exploração de madeira em regime de comodato, quem não cumpre com as exigências legais de proteção ambiental "não deve nem pensar em ir para Itacoatiara". Ele disse que o Polo Madeireiro de Itacoatiara vai exigir projetos de manejo. "Quem não tiver o projeto de manejo, ou quem tiver um projeto e não colocá-lo em prática, poderá ser expulso do pólo".

O Sindicato não faz poucas reivindicações ao governo do Amazonas. Quer concessão da área de floresta para a implantação do projeto de extração de madeira sob regime de comodato por 50 anos; uma área no Distrito Industrial de Manaus para implantação de fábricas, com toda a infraestrutura (água, energia, telefone); aporte financeiro de R\$ 30 milhões, sendo 49% de parcelas estaduais; construção de estradas para escoamento de matéria-prima e produtos acabados; infraestrutura portuária para movimentação de madeira nas calhas dos rios; e incentivos fiscais como a restituição do Imposto de Renda.